

Atuação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial no Território Rural Vale do Rio Pardo: desafios enfrentados e perspectivas

The Performance of the Extension Unit for Territorial Development of the Rural Territory of the Rio Pardo Valley, Brazil

Taciane Lais da Silva^a

José Antonio Kroeff Schmitz^b

Marcos Botton Piccin^c

^aDoutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da
Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).
Santa Cruz do Sul/ RS
tacianelaisdasilva@gmail.com

^bProfessor Adjunto Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.
Santa Cruz do Sul/ RS
joseschmitz@gmail.com

^cProfessor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)/ Departamento de
Educação Agrícola e Extensão Rural. Santa Maria/ RS
marcospiccin@gmail.com

<http://dx.doi.org/10.18472/ReGIS.v3n1.2017.25643>

Recebido em 10.05.2017

Aceito em 04.09.2017

ARTIGO - DOSSIÊ

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) no Território Rural Vale do Rio Pardo, localizado em Rio Grande do Sul (RS), no que se refere ao planejamento e ações que visem o Desenvolvimento Rural do Território. A ferramenta metodológica para colher os dados empíricos deste estudo de caso foi a denominada matriz Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), outros dados primários foram coletados na realização de reuniões. A política territorial, recentemente implementada no Território Rural Vale do Rio Pardo, impulsionou o exercício de planejamento e articulação de políticas onde quase não existiam antecedentes de articulações

intermunicipais. No entanto, com impeachment da Presidenta Dilma, o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais ficou ameaçado, pois o fato da política territorial não ser uma política de Estado compromete a construção de ações em longo prazo.

Palavras-chave: Territórios Rurais; Políticas de Estado; Políticas de Governo; Atores Sociais.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the performance of the Extension and Territorial Development Unit (NEDET) in the Vale do Rio Pardo Rural Territory, concerning the planning and actions that aim at the rural development of the territory. The methodological tool to gather the empirical data of this case study was the Strengths, Opportunities, Weaknesses and Threats (SWOT) analysis. Additionally, primary data were collected during the meetings. Territorial policy has been only recently implemented in the Vale do Rio Pardo Rural Territory, yet it has managed to be successful in promoting planning and policy articulation in regions where almost no previous tradition of inter-municipal articulation existed. However, with the impeachment of former Brazilian President Dilma, the Program of Sustainable Development of Rural Territories was threatened, mainly because the fact that territorial policy is not considered a State policy, but a governmental one, thus compromising the continuity of actions in the long term.

Keywords: Rural Territories; State policies; Government policies; Social actors.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) no Território Rural Vale do Rio Pardo (RS), no que se refere ao planejamento e ações que visem o Desenvolvimento Rural do Território. O NEDET faz parte de uma estratégia governamental em parceria com universidades públicas para dar apoio à organização dos atores sociais com intuito de superar a setorização da execução das políticas públicas nos Territórios Rurais. Isso porque, nas últimas décadas, houve um significativo aumento das políticas públicas no Brasil, principalmente com forte caráter social. Essa trajetória brasileira de construção da agenda de políticas públicas foi impulsionada pela transição democrática a partir do final da década de 1980 (MELO, 1999).

Nos últimos anos observa-se um aumento na quantidade de estudos sobre análise das políticas públicas no Brasil. Esses estudos apontam para o entendimento da política pública como um campo multidisciplinar, no qual envolve várias áreas do conhecimento como sociologia, ciência política e economia, entendendo que a teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006). Para Celina Souza (2006, p.26) po-



lítica pública pode ser resumida: “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (...) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (...)”. É o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Estas políticas são de responsabilidade do Estado quanto à execução e manutenção a partir de processo de tomada de decisões que abranja órgãos públicos e diferentes entidades e agentes da sociedade, relacionada à política implementada.

Diante disso, é necessário entender o que são políticas de governo e políticas de Estado. Almeida (2016) conceitua políticas de governo como sendo aquelas em que o Executivo delibera num decurso bem mais simples de formulação e execução de ações com intuito de atender os requerimentos da própria agenda política. Neste processo cabe à compreensão de cada gestão de governo manter ou não essas políticas, como é o caso da Política de Desenvolvimento Territorial. Já as políticas de Estado abrangem as burocracias de outras instâncias do Estado, passando pelo parlamento ou outras agências de debate. Isso depois de ter tramitado por várias esferas da máquina Estatal, onde passou por estudos técnicos, análises de impacto, simulações, repercussão econômica e cálculo de custo-benefício da política que vai ser posta em execução. Esse processo é bem mais demorado, pois geralmente incide em esferas mais amplas da sociedade. Isso garante sua execução mesmo trocando a gestão com outros projetos de governo.

Desde 2003 o governo brasileiro tem adotado o recorte territorial para articulação de políticas públicas destinadas ao meio rural (DELGADO; LEITE, 2015). A partir daí se começa a implementação de políticas públicas com abordagem territorial, dentre as quais destacam-se a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração Nacional; os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), sob a responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República, as quais são políticas de governo.

Nesse contexto, o Território se apresenta como uma estratégia para a discussão e a construção do desenvolvimento rural, caracterizado como um processo de inclusão produtiva via a articulação de políticas públicas destinadas ao meio rural, e considerado como um espaço que vai além da delimitação geográfica, devendo colocar em evidência a participação social e a intersetorialidade na estruturação, no desempenho e na proposição de políticas públicas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

Neste período, a política agrícola para a agricultura familiar foi fortalecida com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) junto ao MDA. Ela foi criada no ano de 2003, por meio do PRONAT e implementada através da criação dos Territórios Rurais em praticamente todas as regiões do país, passou a trabalhar especificamente com a promoção da política de Territórios Rurais no Brasil com



o objetivo de promover o protagonismo dos atores sociais para a governança do desenvolvimento de seus Territórios e também potencializar os impactos e os resultados obtidos através da política territorial (DELGADO; LEITE, 2015).

Percebe-se que o programa vinha tomando amplitude; no Rio Grande do Sul, por exemplo, atingiu o total de 18 Territórios Rurais. Em torno de 400 municípios gaúchos estão incluídos nos Territórios, o que significa mais de 80% do Território do estado (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015). Porém, em 2016, quando a estratégia de adoção territorial para a execução de políticas públicas estava tomando maior dimensão, ocorreu o *impeachment* da Presidenta Dilma¹, deixando uma série de inquietações com relação ao destino e continuidade da política territorial. Tendo isso em vista, é pertinente analisar a atuação do NEDET junto ao Colegiado do Território Rural Vale do Rio Pardo e a situação de insegurança aos agentes envolvidos com a conjuntura que se desenrolou a partir do referido impeachment.

A ferramenta metodológica utilizada para colher os dados empíricos foi a denominada matriz Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), balizada sobre as quatro Dimensões da Sustentabilidade – 1. Socioeconômica, 2. Sociocultural e Educacional, 3. Político Institucional e 4. Ambiental. A FOFA foi realizada em todas as sete microrregiões do Território. Além disso, outros dados primários foram coletados por meio entrevistas e caderno de campo na realização de reuniões com os atores sociais para discutir a proposta e articular a mobilização das entidades que envolvem a sociedade civil e poder público. Em cada uma das microrregiões foram realizadas plenárias para construção da matriz FOFA. Posteriormente foram realizadas duas grandes plenárias macrorregionais, uma Norte e outra Sul, para a discussão e construção de propostas para a construção do Plano Territorial. Durante o trabalho de campo foram analisadas as atividades diárias do trabalho de assessoria e articulação entre as entidades que compõe o território, fazendo análises de reuniões, encontros e assembleias do colegiado territorial. Todos os dados empíricos foram analisados e utilizados para avaliar a atuação do NEDET junto ao Território.

Este artigo está organizado em três seções, além da introdução e das considerações finais. Na segunda seção se caracterizará o território do Vale do Rio Pardo. Na terceira seção se analisará a constituição e os desafios da atuação do NEDET. Na quarta seção se refletirá sobre os impactos causados pela incerteza de continuidade da política territorial.

2. O CASO DO TERRITÓRIO VALE DO RIO PARDO

O Território Rural Vale do Rio Pardo, doravante denominado apenas por TRVRP, possui um histórico peculiar com relação à demanda por ser reconhecido enquanto tal pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e por tornar-se integran-

¹ O impeachment da Presidenta Dilma foi aprovado pela maioria da Câmara dos Deputados pela acusação de crime de responsabilidade por emitir decretos de crédito suplementar no ano de 2015. Para seus defensores tratou-se de um golpe parlamentar porque o procedimento administrativo do qual foi acusada havia também sido realizado por presidentes anteriores.

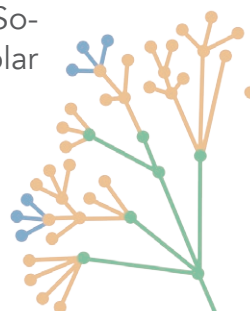


te do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). Para alcançar tal propósito, as lideranças de onze municípios da região do Vale do Rio Pardo, em novembro de 2011, reuniram-se para formalizar o Pré-Território Vale do Rio Pardo. A intensão era o de pressionar o MDA para a criação do mesmo. Entre as organizações presentes estavam 23 representantes da sociedade civil e 16 do poder público (SCHMITZ, 2014).

Porém, somente em janeiro de 2013, o MDA reconheceu o Vale do Rio Pardo como Território Rural, estabelecendo-o com uma delimitação geográfica diferente da pretendida pelas entidades que o haviam reivindicado. A nova delimitação juntou duas macrorregiões distintas: a região Sul (referente ao Vale do Rio Pardo propriamente dito) e a região Norte (referente à região do Alto da Serra do Botucaraí) para compor um único Território. Esse novo recorte espacial, de certa forma, desmobilizou todo o trabalho de articulação, de organização e de captação de dados da região, ocasionando um forte desinteresse entre os representantes das diversas entidades em dar continuidade ao trabalho, em vista do entendimento de que não existiam inter-relações nem identidade suficientes entre as organizações para compor um único Território (SCHMITZ, 2014).

Portanto, com esse novo arranjo territorial, hoje o TRVRP é composto por 28 municípios, os quais são: Alto Alegre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Campos Borges, Candelária, Ernestina, Espumoso, Fontoura Xavier, Gramado Xavier, Herveiras, Ibirapuitã, Itapuca, Mato Leitão, Mormaço, Nicolau Vergueiro, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, São José do Herval, Sinimbu, Soledade, Tio Hugo, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires, Vera Cruz e Victor Graeff. Juntos somam uma população de 429.236 habitantes, apresenta área total de 12.790,21 km² (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, 2015). É importante considerar que a região Sul do atual TVRP é fortemente baseada na Agricultura Familiar e Camponesa e tem sua base produtiva principalmente voltada para a cultura do tabaco e seu sistema integrado de produção. Já na região Norte, a cultura agrícola predominante é a soja, mesmo junto à agricultura familiar.

Com a intenção de fortalecer, dar suporte à organização e articulação das políticas públicas para agricultura familiar, o MDA lançou em 2014 a chamada pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 para apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial, os NEDETs. O objetivo foi o de contratar por dois anos uma assessoria para área de inclusão produtiva e outra para área da gestão social, em parceria com as universidades públicas, considerando uma “solução possível” para assessorar nas questões relacionadas aos repasses de recursos. Para a constituição dos NEDETs, no TRVRP a proponente do projeto foi a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), com unidade em Santa Cruz do Sul. O principal desafio do NEDET Vale do Rio Pardo foi trabalhar as temáticas do desenvolvimento sustentável em meio às dificuldades de coesão territorial entre os atores. O NEDET Vale do Rio Pardo tinha como meta principal construir o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) do TRVRP. Com o propósito e desafio de abranger e contemplar



toda a pluralidade de atores sociais existentes, o desafio era o de fazer da diversidade uma potencialidade para o desenvolvimento do Território.

Nesse contexto, cabe considerar a atual instabilidade institucional que vive o Brasil com o impeachment. O MDA, ministério responsável por toda a política de Territórios Rurais, foi extinto e transformado em secretaria de governo, o que acaba deixando uma série de questionamentos e incertezas quanto aos rumos que serão dados à política territorial. Portanto, o objetivo deste artigo é analisar a atuação do NEDET no TRVRP, no que se refere ao planejamento e ações que visavam o Desenvolvimento Rural do Território, tendo em vista o fato de ser uma política de governo, deste modo, vulnerável à troca de comando do Poder Executivo.

3. OS DESAFIOS NA CONSTITUIÇÃO DO NEDET

Com o desafio de contemplar a pluralidade de atores sociais do Território, utilizou-se a estratégia da subdivisão do Território Rural Vale do Rio Pardo (TRVRP) em duas macrorregiões (Norte e Sul) para mobilização dos atores em plenárias microrregionais. Essas macrorregiões estavam compostas por conjuntos de municípios denominados de microrregiões.

Essa estratégia de divisão em microrregiões permitiu a mobilização e participação de um maior número de atores sociais nas instâncias de decisão do Território. Por meio de plenárias menores, com um nível de identidade maior, aumentou o compromisso dos atores na construção do TRVRP. Isso permitiu que pudessem entender como se dá o processo de construção de demandas a partir de diálogos e planejamentos que ultrapassam as fronteiras dos seus municípios, e que é possível pensar ações em parcerias com instituições vizinhas a partir de suas realidades. Segundo Veiga (2002) é necessário superar a visão setorializada dos planejamentos que se baseiam na dicotomia rural-urbano, buscando-se assim uma melhor inter-relação entre os diferentes segmentos sociais que compõe a região.

A mobilização dos atores sociais foi um esforço coletivo do colegiado territorial, instância que congregava representantes de várias organizações e que tomava as decisões referentes às políticas públicas a serem desenvolvidas. Nesse contexto, o trabalho do NEDET procurava construir interlocução entre as diversas entidades para que superassem possíveis divergências e desarticulação, com vistas à construção do PTDRSS. As quatro dimensões que balizavam o debate a partir da ferramenta denominada matriz de Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA), também provocavam os atores a pensar ações integradas a outros ministérios que aportavam políticas públicas referentes ao tema. Porém, essas ações em sua maioria foram planejadas com metas a médio e longo prazo. Os espaços de reuniões e debates promovidos no TRVRP colocaram os atores sociais em diálogo para discutirem suas realidades, bem como, para formularem propostas que objetivassem alcançar o desenvolvimento rural com projetos que viabilizem a sustentabilidade do Território. Alguns atores, como representantes dos quilombolas, das mulheres e de jovens, participaram pela primeira vez de reuniões que tiveram



o objetivo de pensar ações de desenvolvimento com seus interesses considerados. De certa forma, essa mobilização gerou expectativas e esperança de poder demandar políticas públicas adequadas a realidade regional.

Há duas regiões distintas em um mesmo território, mas existem algumas pautas mais gerais que são comuns e que “maquiam” as divergências, as quais são: demanda por políticas públicas específicas para agricultura familiar, especialmente voltada à comercialização dos produtos dos agricultores; pouco acesso à internet e à telefonia móvel; visualizam o turismo rural como uma potencialidade regional e salientam a necessidade de melhores condições de infraestrutura nas estradas municipais. Essas são algumas das principais pautas que geralmente são levantadas nas atividades do Colegiado Territorial e que são convergentes no TRVRP como um todo.

Contudo, na maioria dos debates e construção do planejamento observou-se que as percepções dos atores locais e regionais pertencentes a cada uma das macrorregiões percebem pontos fortes (Fortalezas e Oportunidades) e fracos (Fraquezas e Ameaças) distintos em cada realidade. Na macrorregião Sul os pontos fortes observados foram: existência de várias associações atuantes na região, como Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas e Associação Sta Cruzense de Movimento dos Pequenos Agricultores; possibilidade de formação de novas lideranças locais; política de comercialização nos mercados institucionais funcionando; várias agroindústrias familiares estruturadas; agricultores com produção orgânica; patrulha agrícola bem estruturada nos municípios; acesso a crédito para agricultura familiar; aumento da participação da mulher nos espaços das organizações; articulação em agroecologia; fortalecimento das unidades de produção familiar; aumento do número de feiras para a comercialização direta dos produtos; boas estruturas nas escolas municipais; creches a partir dos seis meses de idade; parceria entre entidades da área da educação; riqueza cultural da região; os jovens estão retornando ao campo após se qualificarem; a organização para a coleta seletiva de lixo. São alguns dos pontos fortes salientados pelos atores locais durante a construção da matriz FOFA.

Os pontos fracos da região Sul foram principalmente: poucas cooperativas; deficiência na gestão das unidades de produção familiar; destinação de recursos sem planejamento, deslegitimando as prioridades levantadas em fóruns de participação popular (o caso das emendas parlamentares); dependência do complexo fumageiro, pois é a principal fonte de renda da maioria das famílias agricultoras da região sul; pouca organização social; fragilidades sobre formação para a sociedade quanto a educação ambiental; poucas opções de lazer; falta de acesso à escola técnica e superior; a cultura do machismo; alto índice de toxicodependência no meio rural; alto índices de abuso infantil no meio rural; ausência de auxílio no transporte escolar para nível superior; falta de tratamento de esgoto no meio rural.

Na região Norte, os principais pontos fortes foram: atuação de organizações e entidades como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e Sindicato de Trabalhadores Ruais (STR); o fortalecimento de espaços participativos



como o conselho agropecuário ligado as Prefeituras Municipais; organização de associação de municípios da região norte a Associação dos Municípios do Alto da Serra do Botucaraí (AMASB); a existência e atuação do consórcio intermunicipal o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal dos Municípios do Alto Jacuí e Alto da Serra do Botucaraí (COMAJA); união e parceria entre as entidades; a execução de chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) voltado ao campo; a existência de instituições de ensino como a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e polo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), entre outras universidades próximas; gastronomia; disponibilidade de água potável e nascentes.

Os pontos fracos que se destacam como mais relevantes da região Norte são: a diminuição da participação popular dentro das entidades; falta de formação de novas lideranças; carência de planejamento em longo prazo; baixo comprometimento político com as demandas da agricultura familiar; dificuldades para que se tenha sucessão rural; má gestão na execução de projetos; interesses particulares atrapalham a organização política na região; dependência tecnológica na produção agrícola, pois mesmo agricultura familiar possui sua principal fonte de renda vinculada a monocultura da soja e trigo; pouca mão de obra disponível no meio rural; falta de segurança no meio rural; deficiência na comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar; necessita de reestruturação da bacia leiteira; falta política de preço; insegurança com políticas de Governo e não de Estado; problemas com desmatamento e queimadas sem fiscalização; uso de agrotóxicos nas monoculturas de forma exagerada causando contaminação das nascentes.

Todos esses pontos levantados mostram as diferentes demandas e peculiaridades existentes nas duas macrorregiões do TRVRP. Apontando dessa forma, para uma atuação dupla do NEDET, em praticamente dois territórios. De fato essas diferentes realidades exigem um acompanhamento diferenciado e mobilização de atores sociais que possam ser sujeitos da construção coletiva de seu respectivo Território e das políticas públicas que a este são demandadas.

4. IMPACTOS DA INSTABILIDADE NAS PERSPECTIVAS ALMEJADAS PELO TERRITÓRIO

O Governo Federal adotou o recorte territorial a partir de 2003 com o objetivo de evitar a setorização das políticas públicas destinadas ao meio rural. A abordagem territorial permite que os atores sociais possam protagonizar o debate, articular e monitorar a execução das políticas públicas através dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETERs).

Na implementação da abordagem territorial do desenvolvimento rural, os NEDETs tiveram um papel fundamental atuando junto aos Colegiados. Esse papel se efetivou com o assessorando na gestão social, na inclusão produtiva e na mediação de debates utilizando métodos e tecnologias sociais para construção e desenvol-



vimento das potencialidades regionais com intuito de articular as políticas públicas em torno das principais demandas identificadas nos territórios. Vale considerar nesse processo que a ação do NEDET é reflexo da agenda política e das orientações governamentais. Porém, essa articulação em microrregiões para planejar a ação dos atores sociais ajudou, sobretudo, a motivar a participação para construção do plano, mas também a desenvolver expectativas nos atores envolvidos.

Por se tratar de uma política de governo, cuja execução está atrelada às ações da Gestão do Poder Executivo, o PRONAT corre riscos pela mudança de orientação na condução das políticas públicas. As ações desenvolvidas criaram expectativas entre os agentes sociais do território. A desarticulação desse trabalho pode resultar não só em uma desmobilização do processo já realizado, mas ter consequências negativas na cultura e educação política, pois acaba por deslegitimar os processos de construção de ações coletivas de desenvolvimento.

No mesmo período de realização das plenárias microrregionais, nas quais estavam acontecendo os debates para a formulação de propostas para a construção do Plano Territorial, ocorreu o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Isso prejudicou o processo de mobilização dos atores sociais, pois um dos primeiros atos do atual Presidente da República foi acabar com o MDA, o que gerou insegurança quanto à continuidade das ações. Nas reuniões de planejamento, muitas vezes, se escutava declarações como: “de que adianta virmos aqui planejar ações se nem sabemos se vai ter política de desenvolvimento territorial amanhã”. Essa percepção comprometia o processo de construção do plano, pois mesmo que ressaltando a importância de toda trajetória e organização no Território, a frustração com as expectativas gerava um sentimento de incerteza nos atores sociais.

Por outro lado, mesmo em uma conjuntura política desfavorável, TRVRP obteve êxitos na construção de seu primeiro PTDRSS, a pesar de suas peculiaridades com relação à identidade cultural, estrutura econômica e organização social ser bastante diferenciada, como argumentado anteriormente. A grande incógnita será quanto à execução das ações planejadas no PTDRSS, pois juntamente com a extinção do MDA também se esgotaram os recursos para a manutenção das assessorias aos colegiados.

Além disso, durante o processo de elaboração do mesmo foi possível observar que os atores sociais conseguiram desenvolver um sentimento de pertencimento ao TRVRP. Mesmo com tantas incertezas, algumas declarações dos integrantes do Núcleo Diretivo do Colegiado do referido território afirmavam: “precisamos garantir que nossa articulação enquanto instituições permaneçam entrosadas em projetos coletivos, porque é isso que faz de nós um Território”. Essas declarações demonstravam maturidade sobre a necessidade de pensar ações de desenvolvimento em conjunto, no sentido de ter uma trajetória de experiências e entender o processo de construção desse fórum.

Nos resultados analisados pela metodologia mencionada no início deste artigo, observou-se com clareza os anseios por políticas de curto, médio e longo prazo



planejadas pela base social do Território, com a intenção da melhoria da qualidade de vida. Esses resultados puderam ser percebidos nas propostas elaboradas nas plenárias microrregionais e posteriormente debatidas e priorizadas nos encontros macrorregionais. Pode-se observar nessas temáticas a demonstração de anseios dos atores sociais pertencentes ao Território por políticas que vão além de questões essencialmente agrícolas, mas que são necessárias para reprodução social dessas famílias. Essas famílias visualizam nas políticas públicas uma ferramenta de intervenção e melhorias nas suas condições de vida.

Com o material do PTDRSS em mãos e todo o significado que este tem para os atores sociais envolvidos ao longo do processo, há uma expectativa de continuidade ao trabalho que vem sendo realizado neste fórum. Mas permanece a sensação de direitos ameaçados pelos atuais governantes e incertezas com relação às políticas públicas, especialmente as destinadas à agricultura familiar.

5. QUAL DESTINO DO TERRITÓRIO VALE DO RIO PARDO?

Levando-se em conta que a política territorial tem um recente histórico de implementação no TRVRP, uma primeira observação que pode ser feita é que parece que os atores sociais sentem a necessidade de discutir políticas que tenham abrangência estrutural. Em geral, como colocam os autores Delgado, Bonnal e Leite (2007), pode-se intuir que a política do MDA foi exitosa em impulsionar o exercício de planejar e articular política em regiões onde quase não existiam antecedentes de articulações intermunicipais.

No entanto, a repentina mudança de governo em nível federal e a subsequente extinção do MDA, criam um questionamento: será este também é o fim da política territorial no país? O referido impacto refletiu inevitavelmente na base social dos territórios, pois o fato de a política territorial não ser uma política de Estado ameaça comprometer a construção de ações concretas que possibilitem o desenvolvimento rural sustentável pensado a curto, médio e longos prazos.

Contudo, é fato que a trajetória de construção do PTDRSS contribuiu para articulação regional e estimulou o debate para um planejamento coletivo. Resta saber se este vai contribuir para diminuição da setorização do acesso a recursos públicos e se os atores de fato irão priorizar projetos coletivos. Mas, diante deste contexto, vale considerar o que Favareto (2010) aponta com relação às fragilidades da composição dos CODETERs, pois isso remete à necessidade de articulações com outras organizações e com outras iniciativas, alertando sobre o risco da descontinuidade da política territorial, o que levaria a falência desses Colegiados.

Diante desta conjuntura de instabilidade, em decorrência das incertezas inevitáveis em razão da crise política e econômica que vive o país, mergulhado neste processo cíclico e recorrente do capitalismo mundial, chega-se à conclusão de que, a curto prazo, a forma mais coerente de manter a articulação de políticas públicas territorializadas e os atores sociais mobilizados consiste na manutenção das assessorias aos CODETERs, bem como, na transformação da política territorial em



uma política de Estado. Dessa forma, a médio e longo prazo poderia ser possível ampliar a autonomia dos atores sociais, destacando potencialidades regionais que possam estimular o sentimento de pertencimento, buscando a legitimidade de seu protagonismo e a efetividade da abordagem territorial no processo de desenvolvimento rural sustentável.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P.; **Sobre políticas de governo e políticas de Estado: distinções necessárias**. Instituto Millenium, 2016. Disponível em: <http://www.institutomillennium.org.br/artigos/sobre-politicas-de-governo-e-politicas-de-estado-distincoes-necessarias/>. Acesso em 03 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). 2015. **Perfil Territorial**. Elaboração: CGMA.

CAVALCANTE, J. S. B. et al. O PTC à luz da história recente das Relações da sociedade brasileira com o seu mundo rural. In: _____. **Lá no território: um olhar cidadão sobre o Programa Territórios da Cidadania**. Recife: Editora UFPE; [Brasília]: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

DELGADO, N.; BONNAL, P.; LEITE, S. **Desenvolvimento Territorial: Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais**. Convênio IICA – OPPA/CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/IICA-OPPA-Desenvolvimento_territorial-Articulacao_de_politicas_publicas_e_atores_sociais.pdf. Acesso em: 03 dez. 2016.

DELGADO, N.; LEITE, S. O Pronat e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FAVARETO, A. **As tentativas de adoção da abordagem territorial do desenvolvimento rural – lições para uma nova geração de políticas públicas**. RAÍZES, Campina Grande, 2010. v. 28, p. 52-62.

MELO, M.; Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3, p. 59-100.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA/ Secretária de Desenvolvimento Territorial – SDT. **Relatório de Balanço Programa NEDET**. Brasília, 2015.



_____. **Rio Grande do Sul homologa 11 novos territórios rurais.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/noticias/riograndedosulhomologa11novoster-rit%C3%B3rios-rurais#sthash.xqcuWwhy.dpuf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

SCHMITZ, J.A.K. **Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Vale do Rio Pardo.** Projeto apresentado à Chamada Pública CNPq/MDA/SPM-PR N° 11/2014 - Apoio à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Santa Cruz do Sul. 2014. 48p. Disponível em: <http://territoriovrp.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Projeto-N%C3%BAcleo-Extens%C3%A3o-Desenvolvimento-Territorial-do-Vale-do-Rio-Pardo-RS-2014.pdf>. Acesso em 06 fev. 2017.

SOUZA, C. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf> Acesso em: 30 ago. 2017.

TERRITÓRIO VALE DO RIO PARDO. 2016. Disponível em: <http://territoriovrp.com.br/sobre-o-territoriovrp/abrangencia>. Acesso em: 06 fev. 2017.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

